

**“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTADO”
PRESIDÊNCIA
13.11.03**

**REUNIÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS E CONSULTIVOS
DO FÓRUM LEGISLATIVO**

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Convidamos para compor a Mesa Diretora o nobre Deputado Luiz Gonzaga Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; o nobre Deputado Geraldo Vinholi, Líder da Bancada do PDT na Assembléia Legislativa; a nobre Deputada Célia Leão, Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais da Casa; o nobre Deputado Waldir Agnello, Presidente da Comissão de Economia e Higiene e Saúde e do nobre Deputado Carlinhos Almeida, Presidente da Comissão de Educação.

Senhoras e senhores, muito bom-dia!

É com satisfação que recebemos todos nesta reunião dos Conselhos Deliberativos e Consultivos do Fórum Legislativo.

Neste momento, anunciamos a presença das autoridades e personalidades que compõem este Conselho: Dr. Fábio Meirelles, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e do Senar; Dr. Guilherme Cunha Costa, Diretor de Relações Institucionais da ABIT, representando o Sr. Paulo Skaf, Presidente; Prof. Marcos Monteiro, Diretor Superintendente do Centro Tecnológico Paula Souza e Presidente do Conselho Estadual de Educação; Dr. Geraldo José Gardenali, Prof. de Economia, neste ato representando o Prof. Yoshiaki Nakano, da Fundação Getúlio Vargas; Dr. Antônio José Pinheiro de Almeida, vice-Presidente Adjunto, neste ato representando o Sr. Arlindo Moura, Presidente da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP; Sr. Atílio Filho, Consultor Legislativo, neste ato representando o Sr. Artur Quaresma, Presidente do Sinduscon-São Paulo; Sr. Luis Adriano de Carvalho Mange, Gerente do Senai; Sr. Pedro Buzatto, Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas; Sra. Áurea Leôncio de Sá, Diretora Executiva da União dos Vereadores do Estado de São Paulo

– UVESP; Sr. Faustino Miguel Lopes, Presidente do Sinaenco – Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva; Sr. José Roberto Bubaraque, Assessor de Relações Institucionais, neste ato representando o Sr. Raimundo Adriano Filho, Presidente da Bovespa; Sr. Licínio Reis Júnior, Assessor da Diretoria do CRECI-2ª Região; Sr. Silvério Cristana, Gerente de Assessoria de Políticas Públicas e Sociais do Sebrae -São Paulo; Dr. Maurílio Maldonado, Presidente do Instituto Legislativo Paulista – o ILP; Dr. Auro Augusto Caliman, Secretário Geral Parlamentar da Assembléia Legislativa de São Paulo; Sr. José Antônio Parimoschi, Secretário Geral de Administração desta Casa; Dr. José Augusto Viana Neto, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI/São Paulo; Sr. Flávio Loureiro, Assessor Político e Parlamentar da FIESP – Núcleo de Ação Política; Sr. Paulo Eduardo Rodrigues da Silva, pró-Reitor da Unicamp; Sr. Roberto Luiz Troster, Economista da Febraban; Sr. Alexandre Loiolan, representando a Sra. Felícia Madeira do SEADE; Sr. Reinaldo Fonseca, Prof. da Unicamp; ex-Deputado Dr. Silvio Torres, Presidente do CEPAM e Dr. Rubens Lara, Presidente da Cetesb.

Passamos a palavra ao Presidente desta Casa, Deputado Sidney Beraldo para as suas boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Bom-dia a todos.

Gostaria de agradecer a presença de todos vocês nesta nossa reunião de trabalho, a primeira reunião dos dois conselhos do nosso Fórum, o Conselho Consultivo, onde temos representantes da sociedade civil e do Conselho Deliberativo, com os Deputados presidentes das Comissões desta Casa.

Agradeço a presença de todos e dando início aos nossos trabalhos gostaria de passar a palavra ao nosso Secretário, Deputado José Caldini Crespo, para que faça uma leitura rápida da dinâmica do Fórum que aconteceu até agora, como prestação de contas para dar início aos nossos trabalhos.

O SR. JOSÉ CALDINI CRESPO - PFL - Bom-dia a todos, senhores e senhoras.

Farei a leitura dessa dinâmica para torná-la bastante objetiva e para permitir que cada um dos senhores – muitos não puderam participar das reuniões já acontecidas no interior – possa se situar no estágio atual deste Fórum.

Fórum Legislativo – a primeira atividade do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico e Sustentado foi a realização das reuniões regionais.

As reuniões, cuja dinâmica e resultado serão apresentados mais adiante, foram precedidas por um intenso trabalho que envolveu a assessoria da Presidência, o Cerimonial, o Instituto do Legislativo, CEPAM, NESUR e SEADE que se dedicaram à concepção e estruturação da atividade, organização dos eventos, preparação do material sobre o IPRS, composição e impressão do material de divulgação do evento, elaboração de questionário e criação de um site na página da ALESP.

Foram programadas 17 reuniões regionais, uma em cada região administrativa com exceção da Região Metropolitana de São Paulo por sua dimensão. No momento, restam por realizar as reuniões em Franca, São José dos Campos e em São Paulo, esta última tratando o conjunto dessa Região Metropolitana de São Paulo.

As reuniões foram desenhadas para divulgar a iniciativa de constituição do Fórum e aproveitando a oportunidade da apreciação do PPA - Plano Plurianual 2004/2007 - pela Assembléia, estimular o debate sobre o desenvolvimento regional e recolher visões, sugestões ou reivindicações do público presente sobre desenvolvimento regional.

Para atingir esse objetivo, de um lado, foi feito um grande esforço para que participasse da reunião o público adequado: prefeitos, vereadores, secretários municipais, deputados, lideranças regionais, instituições de ensino e pesquisa, organizações não-governamentais e associações.

De outro, as reuniões foram estruturadas para garantir espaço para manifestações dos agentes locais. Assim, as reuniões seguiram a seguinte pauta: abertura pelo Presidente da Assembléia, esclarecendo os objetivos da reunião, PPA etc., exposição sobre os aspectos do desenvolvimento regional com a apresentação do IPRS regional e do PPA 2004/2007, manifestações do público, manifestações dos deputados presentes e encerramento pelo Presidente da Assembléia.

O público presente recebeu pasta contendo uma publicação sobre o IPRS com destaque para a sua evolução, no caso daquela região e dos municípios que a constituem.

A pasta contém também, um questionário que procura recolher a opinião dos presentes sobre as potencialidades e necessidades daquela região e amearhar sugestões de

ações, medidas e encaminhamentos que poderiam eventualmente contar com algum tipo de apoio da Assembléia.

Com base nas reuniões até agora realizadas, é possível compor o seguinte balanço: em todas as reuniões foi possível congregar um público numeroso e representativo.

As intervenções dos deputados, prefeitos, vereadores, outras autoridades e público presente, abordaram um grande número de necessidades, gargalos, possibilidades a serem exploradas para avançar no processo de desenvolvimento regional, como se pode constatar ao analisar o conteúdo do anexo.

A Assembléia, por meio de suas comissões, deverá examinar esse material, procurando verificar que tratamento lhe é dado ou pode ser dado no PPA 2004/2007 ou se for o caso dar-lhe outro encaminhamento.

Evidentemente não é o caso de discutir com detalhes neste Conselho o conteúdo destas manifestações. É importante, porém, apresentar algumas delas para que os Srs. Conselheiros percebam com maior nitidez a importância do trabalho que vem sendo realizado e o contato direto com lideranças locais e regionais. Este contato nos permite perceber melhor os problemas e reivindicações e orientar melhor o trabalho dos legisladores, o que constitui um dos objetivos do Fórum.

Observamos nas reuniões regionais do Fórum uma grande preocupação com aquelas medidas, com aqueles investimentos, com aquelas ações do Estado que podemos chamar de estruturantes, ou seja, que contribuem para a constituição, melhoria ou para expansão das bases do processo de desenvolvimento que contribuem como se diz em economês para a promoção da competitividade sistêmica.

Nesta categoria podemos destacar manifestações ou preocupações sobre a necessidade de ações relativas às grandes infra-estruturas do Estado, como o Porto de Santos, o Rodoanel, a Hidrovia Tietê-Paraná, as ferrovias e a intermodalidade.

Podemos indicar também manifestações sobre a necessidade de ações no campo da formação e capacitação dos nossos jovens, retratadas nas demandas por expansão da oferta de ensino tecnológico e técnico proporcionado pelas FATECs e pelas Escolas Técnicas do Sistema Paula Souza.

Podemos destacar também idéias que foram avançadas sobre a necessidade de reforçar a dimensão local e regional no processo de desenvolvimento paulista.

Aqui inscreve-se, por exemplo, a necessidade de pensar os modos e meios para estimular a associação de municípios, os consórcios intermunicipais, a formação de agências regionais de desenvolvimento e o funcionamento das que já existem ou estão sendo implantadas. Aqui cabe também a necessidade de pensar que possibilidades há para estabelecer uma nova institucionalidade para as regiões administrativas e para reforçar a institucionalidade das regiões metropolitanas. A idéia que orienta esta preocupação é a de criar instâncias que pensem o desenvolvimento regional e nos ajudem a desenhar as ações nesse sentido.

Ainda nessa linha de reforçar a dimensão regional no processo de desenvolvimento cabe destacar a importância do apoio às pequenas e médias empresas, principalmente quando elas fazem parte de uma aglomeração de determinada atividade localizada numa cidade ou região, constituindo os chamados “arranjos produtivos locais” ou “clusters”. Aqui será necessário que se examinem as demandas que surgiram, como o apoio à formação de centros regionais de tecnologia ou de “design”, por exemplo.

Observamos nas reuniões uma ótima recepção para o IPRS, ainda que os resultados do índice possam não ser uma notícia agradável para algumas regiões ou cidades.

Além de entender a importância do IPRS como um indicador que permite acompanhar a performance das políticas públicas, houve manifestações no sentido de aprimorar o indicador, incorporando outras dimensões como as condições de moradia das famílias e outras variáveis de esforço que ao mesmo tempo amplifiquem a visão sobre os municípios e sirvam de balizadores para a ação das administrações locais.

Houve também sugestões sobre as quais é necessário pensar, como por exemplo: usar o IPRS como indicador para a alocação de recursos do QUALIS e como critério adicional para a repartição do ICMS.

Uma última observação sobre o resultado das reuniões regionais: ninguém gosta de burocracia, ninguém gosta de regras ou procedimentos que tolhem, dificultam desnecessariamente ou exageradamente as ações das pessoas. Por isso, têm forte apelo as idéias de desburocratização, mas mais que desburocratizar, é necessário facilitar as ações de empresas e pessoas, criando melhores condições para que o empreendedorismo possa se manifestar efetivamente.

Todos sabemos que o Poupatempo é um sucesso, porque facilita a vida das pessoas. Precisamos pensar na criação de outros mecanismos facilitadores. Algumas possibilidades sugeridas nas reuniões regionais são: a implantação de novos postos do Poupatempo, a ampliação do Simples Paulista e a aprovação do Super Simples Federal, na reforma tributária ora em tramitação no Congresso Nacional.

As reclamações contra o excesso de burocracia devem nos levar a pensar em uma operação maior de facilitação dos trâmites burocráticos exigidos pelas diversas esferas do Poder Público estadual para a implantação de empreendimentos entendendo por facilitação tornar mais rápido, mais transparente e mais amigável o entendimento e a aplicação de normas legais, por exemplo, na área fiscal e na área ambiental.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – O nosso objetivo principal era trazer para dentro da Assembléia Legislativa essa discussão do Desenvolvimento Econômico e Sustentado considerando que esta questão é importante e deve merecer a atenção da Assembléia.

Sabemos que muito depende da questão macroeconômica, do ajuste fiscal, das reformas, da oferta de créditos, mas por outro lado acreditamos que muitas ações podem ser desenvolvidas na Assembléia, junto ao Governo do Estado e junto com a sociedade, com o objetivo de juntos podermos criar um ambiente mais favorável para o nosso desenvolvimento econômico e sustentado. Foi com este objetivo que criamos o Fórum e o modelo: temos a Mesa Diretora que preside o Fórum, temos uma equipe técnica da Assembléia Legislativa e estabelecemos algumas parcerias com a Unicamp e com a Unesp para capacitar o nosso pessoal e também acompanhar o desenvolvimento dessas reuniões, inclusive o pessoal do NESUR que está aqui presente, do CEPAM que nos auxilia na mobilização. Decidimos que além desta interface com as cadeias produtivas, iríamos também promover estas reuniões regionais para levar em conta a potencialidade e as vocações de cada região. Temos um relatório inicial, porque não foi possível nos debruçarmos mais tecnicamente. Fizemos apenas um balanço rápido para apresentar ao Conselho. Criamos dois conselhos, um conselho que é constituído dos presidentes das Comissões Temáticas da Casa e um Conselho de Representantes da Sociedade Civil, da

academia, do setor produtivo e dos trabalhadores para que juntos possamos produzir uma agenda capaz de criar um ambiente mais favorável para o nosso desenvolvimento.

Gostaria de pedir um pouco da atenção de todos. Vamos apresentar rapidamente um vídeo do Fórum e peço desculpas, porque escolhemos um local que vão exigir que vocês mudem de lugar. Além deste relatório, vocês têm um livreto na mesa que é a apresentação do IPRS, o nosso IDH paulista, que mede a qualidade de vida de cada município do Estado de São Paulo. Os senhores têm esse livro por região, mais o CD, que contempla todos os indicadores sociais do 645 municípios do Estado de São Paulo.

O SR.. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - CARLOS TAKAHASHI – Gostaríamos de anunciar e agradecer a presença dos Deputados João Caraméz e Ricardo Tripoli; do Dr. Guilherme Ary Plonsky, Superintendente do IPT e do Sr. Lázaro de Almeida Pinto, da ADVB.

* * *

- É feita a apresentação do vídeo.

* * *

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Queremos anunciar a presença do nobre Deputado Emidio de Souza, 1º Secretário da Mesa Diretora, e também a presença do Sr. José Sidney Gonçalves, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Neste momento, o Sr. Presidente, nobre Deputado Sidney Beraldo, fará a apresentação do relatório geral das reuniões regionais.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Vou rapidamente fazer uma apresentação dos trabalhos que já foram desenvolvidos, ao longo desses últimos 90 dias. Procuramos produzir aqui uma pré-agenda, separando em sete linhas mestras. Gostaríamos de fazer essa apresentação para os conselheiros, também para os presidentes das comissões, até porque é nosso desejo encaminhar cada assunto para a comissão debater daqui pra frente. Temos o relatório que foi apresentado pelo NESUR, já como um resumo dos principais assuntos que foram tratados em cada reunião do Estado.

Como já foi dito, fizemos um questionário que foi entregue a cada membro que participou da reunião.

E, a primeira pergunta que foi feita: “Como você classificaria o potencial de desenvolvimento das atividades, segundo a sua região?”

É apenas um exemplo da tabulação que foi feita no questionário. Estamos processando o restante dessas perguntas, que posteriormente estará disponibilizado em nosso site e será colocado à disposição de cada membro do Conselho.

Tivemos mais de dois mil participantes, representantes de entidades, ao longo dessas 14 reuniões; faltam agora mais 3, que acontecerão na capital, em Franca e em São José dos Campos, na segunda-feira. E, tudo isso estará disponibilizado no nosso site, para conhecimento e avaliação de cada membro do Conselho. Como dissemos, esses são os documentos básicos que irão orientar os nossos trabalhos, quer dizer, o relatório do NESUR da Unicamp; o material do Fórum São Paulo Século XX, que foi uma iniciativa da Mesa anterior, com o Deputado Vanderlei Macris, e muitos dos senhores participaram; enfim, temos um conjunto de informações e um banco de dados muito importantes.

Além disso, gostaria de solicitar aos conselheiros que representam as suas cadeias produtivas, que também encaminhem os seus relatórios, os seus diagnósticos, contendo as sugestões. Não estamos aqui para inventar nada. Queremos trabalhar, e tenho certeza que cada representante da sua categoria, do seu sindicato, já tem um diagnóstico, com sugestões que poderiam ser aproveitadas. O Fórum organizará sete grandes câmaras temáticas, que vamos apresentar aqui e encaminhar às comissões permanentes da Casa, que irão conduzir os trabalhos isoladamente, ou em conjunto quando se fizer necessário.

No próximo dia 03 de dezembro, teremos uma primeira reunião da Comissão de Obras e Serviços Públicos, juntamente com a Comissão de Transportes, que estará

discutindo a questão de transportes, ferrovias, rodovias, hidrovias. Então, teremos um seminário, com a participação de agentes do Governo do Estado e também do Governo Federal. E no dia 04, já teremos também uma reunião da Comissão de Relações Internacionais, que dará início à discussão da questão de políticas de exportação, com participação inclusive do Prof. Luciano Coutinho.

Gostaria de solicitar a cada membro, que se inscrevesse com um tema específico, porque todas as vezes que tivermos eventos para tratar do assunto nas comissões, esses conselheiros serão convidados a participar. Então, gostaria muito de poder contar com a colaboração dos senhores, no sentido de que escolhessem um tema para participar não só fisicamente, mas também trazendo sugestões para enriquecer os nossos debates e as nossas ações. Participarão desse trabalho as 22 comissões que temos na Casa; a relação dos membros do setor da sociedade civil, dos trabalhadores, as universidades, os institutos de pesquisa. Como disse, foi feita uma divisão em sete temas, mas tudo isso é uma pré-agenda, sujeita a avaliação do Conselho, sujeito a sugestões e a modificações, porque produzimos esse relatório apenas para que pudéssemos dar início aos nossos trabalhos.

De todos os documentos e informações que nos chegaram até agora, chegamos à conclusão de que para se criar um ambiente favorável ao desenvolvimento, aquilo que cabe ao governo do Estado, à Assembléia Legislativa, à sociedade paulista, independe da questão macroeconômica- econômica, que tem ser equacionada, para que a gente tenha realmente um ambiente favorável ao desenvolvimento. Aquilo que está ao nosso alcance e todas as contribuições que levantamos até agora, nos remete a colocar em primeiro lugar à questão da educação. Então, estaremos discutindo um Plano Diretor de Expansão da Oferta do Ensino Superior Público.

Existe uma demanda muito grande, em diversas regiões do Estado, para que a gente aumente a oferta de vagas do ensino público, que não acompanha a demanda. Então, colocamos a ampliação das faculdades tecnológicas, inclusive temos aqui o representante da Fundação Paula Souza; a questão dos cursos sequenciais, cursos de curta duração, que podem baratear inclusive o custo dessas novas vagas, porque não podemos nos dar ao luxo de ter as três universidades, só com esses cursos convencionais; as três universidades hoje, consomem 9,57% do ICMS do Estado de São Paulo e não temos condições de aumentar mais esses recursos, se analisarmos o orçamento como um todo.

Então, precisamos fazer um esforço para aproveitar melhor esses recursos que já são disponibilizados às universidades, e uma das alternativas é a continuidade dos cursos sequenciais, que já tem um estudo mas infelizmente não avançou. Na mesma linha, temos a questão da educação à distância, que é uma outra forma muito utilizada em outros países, com um custo muito menor. Hoje é possível, numa sala de aula lá em Presidente Prudente, ministrar cursos diretamente da USP, com as ferramentas de comunicação e a tecnologia disponível, sem nenhuma perda de qualidade.

Então, são três pontos que colocamos como fundamental para que a gente possa estar aumentando a oferta de vagas do ensino superior público no Estado de São Paulo.

A outra questão é o ensino técnico profissionalizante, de acordo com os arranjos produtivos locais. Por isso, estamos levando em conta esse trabalho do NESUR, que considera as 20 principais cadeias produtivas do Estado. Estamos identificando em cada região a presença mais significativa dessas cadeias, para estudar a cadeia como um todo. Isso que já está sendo feito pela Paula Souza, e queremos ser apenas um parceiro e aprofundar essa discussão, no sentido de que cada região possa ter a oferta também de ensinos técnicos profissionalizantes, a oferta de mão de obra, levando em conta a demanda regional, o que nem sempre ocorre, porque muitas vezes temos escolas produzindo diplomas para jovens que não têm nenhuma possibilidade de emprego naquela área.

Então, é preciso promover esse encontro da necessidade do mercado, que mudou muito nos últimos anos. Esse é um assunto que deve merecer a nossa atenção, num trabalho integrado com o sistema S: SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAR, que já têm um trabalho muito significativo disso. Esse último item, que é a educação para o trabalho acompanhada de supletivo, é um item para o qual gostaria de chamar a atenção. Nós produzimos através de um contrato com o SEADE, feito em 2000, na gestão da Mesa anterior, com o nobre Deputado Vanderlei Macris, um conjunto de indicadores sociais, que consideramos uma ferramenta importante para que a gente conheça a realidade de cada região do Estado e conheça a realidade de cada município.

Procuramos identificar alguma política pública que pudesse merecer a nossa atenção e que pudéssemos estabelecer isso como uma prioridade, no sentido de melhorar a qualidade de vida nessas cidades e nas regiões. Depois de uma reflexão dos nossos técnicos, pudemos verificar que temos um milhão e seiscentos mil jovens, de 15 a 24 anos,

que estão fora da escola e que não terminaram o ensino fundamental – esse problema, sem dúvida, Fome Zero não resolve. Daqui a dez anos, vamos ter esses um milhão e seiscentos jovens sem nenhuma perspectiva, e nós sabemos que as pessoas que não terminam o ensino fundamental terão muita dificuldade para ter uma renda que possa fazer frente à suas despesas e da sua família. Desse total, nós temos 120 mil jovens nessa faixa etária, que são analfabetos; temos 600 mil que não terminaram o quarto ano do ensino fundamental; e o restante parou na 5ª, ou na 6ª séries.

Então, esse é um assunto que deve merecer a nossa atenção, porque se não resolvermos esse problema, vamos levar essa bolha de futuros excluídos. Destacamos esse estudo, que é um estudo do IPRS, que deixa muito clara a necessidade dessa atenção.

O segundo ponto: Ciência e Tecnologia. A Assembléia Legislativa aprovou a criação da APTA, Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio, inclusive está aqui o seu representante, o Sidney, que reuniu os seis principais institutos de pesquisa ligados ao agronegócio. Essa agência já está em fase de implantação, com concurso público em andamento, para a contratação de mais 200 pesquisadores especializados nessa área. Temos aqui na Assembléia um projeto que precisa ser aprovado, que cria o fundo específico para obter um sistema de financiamento para a manutenção desses pólos. Identificamos uma necessidade muito importante, de termos uma oferta maior de conhecimento e tecnologia, especialmente no agronegócio. A agricultura extensiva vai bem, temos aumentado muito, a nossa produtividade, a nossa produção de grãos; mas, a pequena propriedade, os pequenos produtores, hoje, têm muita dificuldade de transformar a sua propriedade, em propriedade com viabilidade econômica. Isso identificamos com muita força. E, como resolver isso? Só agregando valor a esses produtos, com tecnologia na fruticultura, floricultura, enfim, pequenas propriedades precisam ter produção com alto valor agregado, e isso, só com tecnologia.

Então, entendemos que o fortalecimento desses pólos regionais é fundamental e por isso estamos trabalhando não só para aprovar o fundo, mas que definitivamente haja um fortalecimento do trabalho desses pólos, em número de 15, criados pelo Estado de São Paulo.

Outra questão, que também deve merecer a nossa preocupação, é a disseminação da tecnologia aplicada e a inovação. Temos informações de que a Unicamp já criou a sua

agência de inovação; a USP também criou a sua agência de inovação; o IPT tem trabalhos muito importantes nessa área; mas verificamos que ainda estamos longe do ideal, de realmente disponibilizarmos todo o conhecimento das três universidades, dos 19 institutos de pesquisa, com uma presença mais forte da FATESP também, naquilo que se refere à tecnologia. Porque a FATESP tem um trabalho extraordinário e é um exemplo de excelência na pesquisa de base, pesquisa científica. Então, achamos que temos que abrir um pouco esses recursos que são disponibilizados, com 1% do ICMS de São Paulo, para que a gente tenha uma maior disseminação da tecnologia, a sua aplicação e a inovação.

Uma questão que se discute muito, é a possibilidade da presença do pesquisador, do cientista na empresa, quando esta demandar. Então, com relação à ciência e tecnologia, são essas as questões que foram levantadas: política de exportação; a inserção de São Paulo no mercado internacional, porque uma vez que São Paulo representa 36% do PIB, tem que haver uma preocupação cada vez maior de aumentar e ampliar a sua exportação, que não está relacionada a apenas grandes empresas, mas existe a necessidade de preocupação com a criação de associações, cooperativas, consórcios de exportação; o SEBRAE já tem um trabalho com relação a isso, ao qual queremos nos associar, para discutir tudo que for preciso, para se criar um ambiente melhor nesse sentido.

Empreendedorismo: uma ênfase de apoio à micro e pequena empresa, que gera 60% do emprego neste Estado. Infelizmente, o SEBRAE tem um estudo que comprova que o índice de mortalidade da micro e pequena empresa é altíssimo. O brasileiro é empreendedor muito mais por necessidade, do que por oportunidade, já que ele não tem a oferta de emprego. Então, precisamos buscar um ambiente mais favorável também para o micro e pequeno empresário, combatendo a burocracia por exemplo. Recentemente, foi publicado um estudo do Banco Mundial, que mostrou que o Brasil não é somente o maior devedor do mundo, mas também um dos países que tem a maior burocracia do mundo para se abrir uma empresa, perdendo apenas para a China, onde em média se demora oitenta e seis dias, para se abrir uma empresa; para fechar, demora-se muito mais.

Então, é um assunto que deve merecer a nossa atenção. Doze por cento do PIB “per capita” se gasta com burocracia para abrir uma empresa e 86 dias médios, o que nos fez perder para todos os países da América Latina.

Está aqui, o Lara, que representa a CETESB. Temos compromisso com o meio-ambiente, tanto é que o nosso fórum é Fórum de Desenvolvimento Sustentado e, cada vez mais, a questão do meio ambiente deve merecer a nossa atenção. Mas, não podemos conviver com o DPRN por exemplo, Lara, que demora seis meses para fazer uma vistoria em uma propriedade agrícola, que tenta um sistema de irrigação, ou implantação de nova tecnologia. O Estado tem que exigir, mas também tem que ter condições de dar uma resposta mais rápida para o setor produtivo, porque essa demora emperra o desenvolvimento.

Essa questão da burocracia é, sem dúvida, muito séria.

Criamos aqui na Assembléia, um grupo de trabalho que começa a fazer o que chamamos de consolidação das leis; já é um primeiro passo, consolidar as leis que tratam de um mesmo assunto. E, para isso, estamos estabelecendo uma parceria com a USP, através da Faculdade de Direito, e um financiamento da FATESP, porque essa consolidação das leis exige um trabalho muito grande, de reunir tudo que existe em uma só lei e aprová-la. Nós não resolveremos o problema apenas consolidando as leis, mas é preciso que se faça essa consolidação e também que se procure eliminar as burocracias existentes. O ideal seria termos um modelo de poupa-tempo, para abrir e fechar as empresas.

Com relação à micro e pequena empresa, estamos dando um apoio ao Super Simples, que achamos que é um avanço, o Senado da República, agora, na discussão da Reforma Tributária, tem uma Emenda que discute esse assunto, que cria facilidades, não só no sistema tributário, como também, questões trabalhistas, acesso a crédito, acesso à tecnologia. Achamos que esse Super Simples é muito importante, para que a gente possa melhorar o ambiente para micro e pequena empresa, e com isso, gerar emprego e renda.

Políticas de Fomento e Indução, que seria o 5º item, nós precisamos que o governo do estado faça a regulamentação da lei 10.016, de 29 de junho, de 1998, que instituiu o Fundo de Aval; a Assembléia aprovou, e é importante isso, como um mecanismo de equacionar juros, de facilitar o crédito. Depois que perdemos o Banespa, e a Nossa Caixa ainda não tem todos os produtos, ainda não conseguiu realmente ter uma competitividade nessa área, nós consideramos que perdemos espaço. Estamos aqui com o ex-Presidente, o Dr. Geraldo, que realmente fez um trabalho extraordinário, na recuperação da Nossa Caixa, que é, sem dúvida, um exemplo hoje de gestão, mas nós precisamos ter alguma coisa de

fomento também. Outros estados que ficaram sem o seu banco, já criaram agência de Fomento, e nós perdemos espaço. Perdemos para o Paraná, perdemos para o Ceará, para a Bahia. Nós não queremos entrar na guerra fiscal, mas também não podemos ficar sem nenhum instrumento que possa contribuir para uma melhor oferta de crédito; não subsídios, mas crédito mais adequado. Então, regulamentação do Fundo de Aval e regulamentação da Agência de Fomento do Estado.

Nós estamos incentivando a criação de agências de desenvolvimento regionais; cada região do estado, ter a sua agência, para discutir alternativas de desenvolvimento. E é nosso compromisso, que sendo criada uma agência, que tem realmente essa representação regional, fará parte do nosso Conselho também, para que a gente possa estar fazendo a interação regional.

Nós temos um projeto de lei, que cria uma agência de fomento e desenvolvimento do turismo, que é um outro assunto que tem sido colocado com muita força nas nossas reuniões. E nós sabemos que o turismo é um dos setores que exige o menor investimento para geração de emprego; São Paulo tem um potencial enorme, para desenvolvimento. Temos essa lei aqui, não existe acordo ainda, para se votar a lei, mas o Secretário de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Dr. Meirelles, já está preparando uma nova alternativa para isso.

Ampliação de crédito, em especial, micro crédito, ampliação das ações do Banco do Povo, e da Nossa Caixa, na medida que se cria o Fundo de Aval, a agência de Fomento, a Nossa Caixa, que será a gestora, terá instrumentos mais adequados para trabalhar nessa área.

A sexta questão é a infra-estrutura, que também tem sido colocada de uma forma muito forte: rodovias, hidrovias, ferrovias, aeroportos, portos, os sistemas intermodais. Especialmente na ferrovia, não estamos utilizando tudo que poderíamos utilizar, por falta realmente de um sistema mais competitivo, mais investimentos. A hidrovia, ainda é muito pouco utilizada. A hidrovia Tietê-Paraná tem um potencial enorme, não só para utilização de transporte, como também na utilização para turismo. Então é uma área que vai merecer a nossa atenção. Ferroanel Sul e Rodoanel, que todos conhecem a importância que tem. As ferrovias aumentaram muito, nós temos dados, que os produtos que chegavam no porto há cinco anos atrás, 4% vinha da ferrovia, hoje, mais de 20%; com isso, reduziu um número

enorme de caminhões, na rodovia dos Imigrantes, mas o potencial é muito maior, especialmente, na hidrovía. Esse assunto, no dia 4 de dezembro, já estará sendo tratado na Comissão de Obras, na Comissão de Transportes, pelo Deputado Rodrigo Garcia, pelo Deputado Sebastião de Almeida, junto com o Governo do Estado e Governo Federal.

Energia. Outra preocupação enorme, a questão do gás. Existem várias regiões do Estado de São Paulo que não têm oferta de gás, com isso essa região perde competitividade com outras regiões que já têm. Hoje, temos a descoberta dessas novas fontes de gás em São Paulo; temos a possibilidade de ampliar isso rapidamente, e oferecer gás para todo o Estado. Nós entendemos que isso pode ser um diferencial enorme para São Paulo, na medida que coloque essa matriz energética à disposição de todas as regiões.

A questão de recursos hídricos, nós temos aqui, a lei pela cobrança de uso da água. É preocupante. Água, hoje, é um assunto sério, e nós estamos trabalhando até para aprovar, até para que a gente tenha um sistema de financiamento adequado, para poder fazer a preservação dos nossos mananciais e também cuidar da questão de saneamento básico.

Por último, políticas públicas de sustentabilidade. O IPRS, esse conjunto de índice tem uma vantagem, que a partir do ano que vem, nós estaremos atualizando esse índice, a cada dois anos, é o nosso interesse, diferente do IDH, que é produzido a cada dez anos; então o IPRS será produzido a cada dois anos, os dados serão corrigidos. O importante, e o que nós desejamos é que esse conjunto de indicadores seja uma ferramenta de gestão pública. Hoje, o estado também é colocado em xeque, se ele está gerindo bem o seu dinheiro público, se as políticas públicas estão sendo bem dirigidas, como que a gente vai medir isso? A iniciativa privada tem lá, os seus balanços, tem o seu relógio, que cuida se dá taxa de retorno, se é lucro, se deu lucro, se deu prejuízo; existem vários indicadores, quantas vezes girou o seu ativo, se girou muito, se girou pouco. Não é assim que as empresas fazem? Porque que nós não temos que ter mecanismo de controle e avaliação também, do gerenciamento do dinheiro público?

A questão de gestão pública hoje é um grande desafio. Nós, hoje, arrecadamos quase 40% do PIB, o que estamos fazendo com esse dinheiro? O que o Estado está fazendo, o Município, a União, estão fazendo com 40% do PIB? A sociedade vai, cada vez mais, cobrar isso de nós, e nós entendemos que o IPRS é, sem dúvida, um conjunto de indicadores que vai ajudar a medir isso. Como anda a educação, a saúde? O governo, às

vezes faz um discurso: “Não! Criamos uma política extraordinária para atender determinado segmento da população.” Às vezes, faz uma “vitrininha” ali, não é? Aquilo vira uma referência, mas é universalizado? Está focalizado exatamente, para aquele que mais precisa? A hora que a gente vai medir a qualidade de vida da população: melhorou, ou não? É isso que vale! Por isso que nós estamos colocando esse IPRS como também, instrumento de avaliação e controle da eficiência das ações governamentais. A cada dois anos, nós teremos esses dados; ao longo do tempo poderão ser incluídos outros indicadores que possam ir aperfeiçoando. Estas áreas: habitação, desenvolvimento urbano, transportes metropolitanos, saúde, cultura, lazer, meio ambiente, emprego, trabalho, segurança, cidadania, em terceiro setor; todos ligados a estas políticas públicas de sustentabilidade, que têm como objetivo, melhorar a qualidade de vida da população.

Estamos aqui, com os presidentes das Comissões Temáticas. A partir de hoje, cada Presidente, de cada Comissão, estará recebendo esse conjunto de informações que foram levantadas até agora. Então a Comissão de Educação vai cuidar dos temas da educação, que nós colocamos como uma das prioridades; Ciência e Tecnologia, política de exportação, empreendedorismo, políticas de fomento, infra-estrutura, políticas públicas de sustentabilidade. Cada tema desse será encaminhado às respectivas Comissões, ou individual, ou duas, três Comissões, para tratar de um determinado assunto.

Empreendedorismo: Comissão de Economia e Planejamento, Agricultura e Pecuária, Esporte e Turismo;

Combate à burocracia e Modelo Poupa Tempo: Comissão de Administração Pública;

Consolidação das leis: Comissão de Constituição e Justiça;

Licenças Ambientais, Comissão de Defesa do Meio Ambiente;

Tributos e apoio ao Super Simples: Comissão de Economia e Planejamento e Comissão de Finanças e Orçamento;

Acesso à Tecnologia: Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia;

Questões Trabalhistas: Comissão de Relações do Trabalho;

Políticas Públicas de Sustentabilidade, Gestão Pública e Instrumento de Acompanhamento: Comissão de Fiscalização e Controle;

Habitação: Comissão de Serviços e Obras Públicas;

Desenvolvimento Urbano: Comissão de Assuntos Metropolitanos e Comissão de Assuntos Municipais;

Saúde: Comissão de Saúde e Higiene;

Cultura, Esporte e Lazer: Comissão de Cultura, Esportes e Turismo;

Meio Ambiente: Comissão de Meio Ambiente;

Emprego e Trabalho: Comissão de Relações do Trabalho;

Segurança Pública: Comissão de Segurança Pública;

Cidadania e Terceiro Setor: Comissões de Justiça, Direitos Humanos, Defesa dos Direitos do Consumidor e Promoção Social.

Solicitaria que cada conselheiro pudesse indicar um tema para dar a sua contribuição, participar conosco e, se possível, entregar hoje, aqui, para o nosso grupo de trabalho.

Quanto à organização das atividades:

1º - Reunião dos presidentes das comissões envolvidas na organização das atividades e entrega dos documentos básicos;

2º - Preparação de audiências públicas e seminários com setores econômicos envolvidos com cada tema: patronal, laboral, academia e as ONGs, para atualização dos diagnósticos, e elaboração de novos relatórios, sendo livre o convite a qualquer especialista, mesmo fora do Conselho do Fórum.

O prazo que nós estamos estabelecendo para que as Comissões possam desenvolver esses seminários, seria agora, durante o mês de dezembro, até março de 2004. Relatórios parciais, até abril de 2004, e análise dos conselhos do fórum, e a prestação de contas, a maio de 2004.

Quero lembrar que esse será o primeiro trabalho, porque o Fórum será permanente, é um braço permanente da Assembléia; outras Mesas deverão dar continuidade nisso, para que a gente possa ter o tema Desenvolvimento Econômico, sempre na nossa pauta de discussão.

Era essa a apresentação, gostaria agora, de abrir a palavra para as contribuições.

Muito obrigado!

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Queremos registrar aqui, as presenças do Professor André Franco Montoro Filho, neste ato representando o Professor Adolfo Pelfi, Reitor da USP; do Sr. João Carlos Basílio da Silva, Diretor vice-Presidente da FIESP, neste ato representando o Dr. Horácio Lafer Piva.

Muito obrigado. Deputado Sebastião Arcanjo, Tiãozinho, aqui, presente entre nós. Como o Presidente já anunciou, abriremos a palavra agora, a quem dela queira fazer uso.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Desejo, inicialmente, cumprimentar o Professor Geraldo; o nosso eminente Presidente da Assembléia, e o fazendo, saúdo esta honrosa, e eminente Mesa, que compõe o Fórum, de um trabalho extraordinário, que se desenvolve. Cumprimento os meus companheiros, presentes nessa reunião na figura do meu prezado amigo, Professor Silvio, Presidente do CEPAM.

É quase impossível analisar o trabalho desses 90 dias do Fórum. Não resta dúvida, se analisarmos com maior profundidade vamos verificar a notável participação de todos nesse trabalho, principalmente, no que concerne ao deslocamento para o interior, desta elevada comissão.

É um projeto que pode ser analisado, como um verdadeiro programa de governo, e não só de Governo do Estado de São Paulo. Ele abrange um contexto técnico-científico que permite ajustar todo o sistema de desenvolvimento, de políticas, seja no campo econômico ou social. O próprio País poderia ter como base, estudos que avançariam no caminho do projeto aqui apresentado.

É claro que nós verificamos que o maior desafio, na minha concepção, é análise das prioridades que devem ser canalizadas às comissões. Aí, se houver equívocos, e enviarmos às Comissões toda a abrangência dessa sustentabilidade, provavelmente nós teríamos riscos de ajustarmos um projeto em ação, como programa, com as prioridades necessárias.

A complexidade é muito grande, porque quando o Presidente deu ênfase no agronegócio, temos que lembrar, que tem que abranger todo um instrumental produtivo, desde a simples agricultura familiar, até o grande projeto empresarial. Se isto não ocorre, nós estaríamos inclusive, podendo deixar de fora, a própria política tributária e fiscal.

Quando foi criado o Fórum São Paulo Século XXI, pelo Deputado Macris, com apoio dos Srs. Deputados, abriu-se, naquela época, nós participamos, o início do debate da

política tributária e fiscal. E houve uma importante movimentação, de lá, para cá, e este projeto atual, de Política de Desenvolvimento Sustentado. Ele é amplo e não pode realmente, ser transitório, porque na sua permanência, é que nós vamos corrigir as distorções.

Na política tributária de hoje, no agronegócio e nas suas cadeias produtivas, o governo tem que ser parceiro e não confiscador, com políticas tributárias e fiscais contrárias ao equilíbrio do desenvolvimento, porque feriria a base do processo econômico.

Quero deixar bem claro aqui, somente aos economistas que estão na Mesa, que têm o seu justo orgulho de discutir em teses, eu não sou economista, mas tenho o dom da economia na prática; Rosinha é dona-de-casa, que é uma verdadeira economista permanente, sem ter a cultura, técnico do saber. Eu sou um modesto advogado, com a pretensão de ser líder da agropecuária, mas não posso me omitir, neste momento, deixando aqui, de dar meu depoimento. Primeiro, de cumprimentos; segundo, do processo permanente, terceiro e principal: as Comissões, se não tivermos ajustadas essas Comissões, para que se estabeleçam as prioridades de ação, porque eu não precisaria dizer, pelo menos aos economistas que estão aqui, mas a mim, eu teria que repetir: se nós analisarmos, vamos ver de cara, que acertadas as prioridades, nós alcançaremos outras propostas, que estão sendo feitas, de forma, provavelmente indireta, que nós vamos alcançar.

A Federação da Agricultura do Estado de São Paulo aplaude, cumprimenta, e vamos mais longe ainda, afirmando, que no plano educacional, nós estaremos, esse ano, com um projeto do Senado, em São Paulo, levando a duzentos mil participantes, que nós estamos reajustando, aprimorando no interior, para alfabetização dessas duzentas mil pessoas, na área da agropecuária, e também, daqueles limites das periferias das cidades. Sem isto, nós concordamos, que dos 15 anos aos 25 anos, esses um milhão e seiscentos mil brasileiros, no estado de São Paulo, fora de qualquer conhecimento, evidentemente, nós estamos, como disse o eminente Deputado, excluindo da sociedade e do desenvolvimento. Essa é a posição da FAESP e do CENAR, e com a ratificação plena, do trabalho aqui desenvolvido.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ SIDNEY GONÇALVES – Sr. Presidente Sidney Beraldo, demais Deputados componentes da Mesa, colegas de Conselho, trago uma preocupação: o PPA, do

Governo de São Paulo, tem um capítulo magnífico de desenvolvimento regional, o primeiro plano de desenvolvimento que tem um capítulo expressivo, tratando de desenvolvimento regional, e quando você olha o PPA, e olha as propostas apresentadas, você mostra que há uma convergência, em cima de alguns elementos fundamentais ao desenvolvimento de São Paulo. Qual elemento fundamental, até citado pelo Presidente, na sua fala? É que você desenvolveu um grande conjunto das cadeias produtivas dos agronegócios, porque o agronegócio é o grande negócio de São Paulo. Nós somos uma economia industrial em que o agronegócio representa, pelo menos 40% da riqueza produzida neste estado, e que..., qual elemento de integração regional, senão o desenvolvimento das potencialidades locais, buscando, o que os economistas chamam de singularidades, quer dizer: vantagens competitivas locais. Para isso, é fundamental que você gere inovação regional, não tem outro meio, não há como o modelo do pacote tecnológico dos anos setenta ser compatível com o desenvolvimento. Por isso, o governo de São Paulo, como o senhor bem frisou, através da Assembléia Legislativa, montou uma estratégia de construir 15 pólos regionais. Nós temos 630 pesquisadores em São Paulo, no Instituto de Pesquisas da Agricultura; o governador autorizou a contratação de outros 382, portanto, nós teremos 1.010, que vai ser o maior contingente de pesquisadores, do Estado, na sua história. Só para ter uma idéia do que significa 1.010, a EMBRAPA, para todo o Brasil, tem 1.600.

Desse ponto de vista, o concurso está em andamento, os editais estão na rua, e uma preocupação, agora, até porque conhecedor das normas orçamentárias, das questões fiscais, é o Fundo de apoio aos pólos regionais, que está em discussão na Assembléia, o PL nº 0155. A legislação fiscal se prende a questão da anualidade. Então a minha preocupação, até um pedido, que se a gente conseguisse votar esse ano, porque se a gente votar o ano que vem, ele vai valer em 2005, por causa da anualidade. Quer dizer: você tem que ter a receita no orçamento, compatível, então aprovando o orçamento nós estamos aprovando recurso, obviamente, mas se o Fundo não estiver aprovado, ele só vai ter recursos, em 2005. Então a minha preocupação, até um pleito, ao nosso Presidente, que se fizesse um esforço, no sentido de aprovar o 155 este ano, para que ele consiga produzir efeito de investimento regional no ano que vem.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas de Conselho. Uma manifestação rápida, por razões das citações que foram feitas aqui, com relação às demandas de educação profissional, eu acho importante, eventualmente, fazer alguns informes. Alguns informes, que eu considero importantes, estruturais, é que o Governo de São Paulo, pretende colocar na Assembléia, no início do ano que vem, um programa de reestruturação administrativa, da sua estrutura de educação profissional, que é o Centro Paula Souza. E nesse momento, a estratégia de ocupação física e geográfica do estado, eventualmente ficará mais clara. A idéia de centralizar a gestão da instituição em estruturas regionais, coerente com o projeto do governo do estado, e imagino, que no início do ano que vem, vamos estar podendo debater esse assunto, aqui, com os Deputados, na Assembléia.

Mas eu queria fazer uma manifestação sobre um tema levantado pelo Presidente, no que diz respeito àquela “bolha de jovens”, diagnosticadas, um milhão e 600 mil, os dados do Paula Souza são um pouco maiores. Mas o fato é que, no momento em que se universalizou a educação fundamental, tem-se um atendimento crescente e significativo do atendimento do ensino médio. Esse universo de pessoas é, sem dúvida nenhuma, de maneira muito clara, bem diagnosticado, um sério problema que a sociedade precisa buscar respostas urgentes a essa estrutura.

A proposta apresentada, que seria um programa de recuperação de escolaridade com qualificação profissional, quero esclarecer que a instituição tem feito, nos últimos quatro anos, várias experiências nessa direção. Temos um programa desenvolvido entre o Centro Paula Souza, a PUC e a CUT, na direção da recuperação de escolaridade da educação fundamental, com qualificação profissional, e programas de recuperação de escolaridade de nível médio, com qualificação profissional. De qualquer maneira, essa é uma experiência que eventualmente, no momento adequado, a instituição certamente terá a oportunidade de apresentar ao Conselho. Mas reitero aqui a preocupação manifesta pelo Presidente da Casa, no sentido de que essa ação é absolutamente urgente, se não quisermos continuar alimentando boas partes dos programas de violência que temos hoje no Estado de São Paulo.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado, Prof. Marcos Monteiro.

Pedimos a todos que se manifestem, mas que, antes, digam o seu nome e entidade, pois toda a reunião está sendo gravada e será utilizado como material para o nosso relatório.

A seguir, com a palavra o Dr. Rubens Lara, da Cetesb.

O SR. RUBENS LARA – Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. parlamentares e conselheiros, o Sr. Presidente Sidney Beraldo fez uma referência importante nessa questão das licenças ambientais. É forçoso reconhecer que efetivamente elas não andam no tempo real desejado. Essa é uma aflição que, há dez meses à frente da Cetesb, estamos convivendo. Mas eu me comprometo desde já que, na próxima reunião, apesar do esforço que já vem sendo realizado pela própria Secretaria e pela Cetesb, de diminuir os prazos de tramitação dos processos nos órgãos ambientais, já haverá uma diminuição em alguns órgãos da Secretaria, tanto da IPRM e IDAIA, e também dentro das diretorias de controle de engenharia da Cetesb. Na próxima reunião, vou trazer os dados demonstrando que os processos andam agora num prazo mais célere, mas ainda assim não é efetivamente aquilo que todos desejaríamos que fosse num tempo mais breve, mais real. É importante esta observação. Quero dizer ao Sr. Presidente que estamos conscientes e trabalhando no sentido de diminuir esse prazo. Todos os procedimentos de licença, tem a ver muito com o desenvolvimento e com a rapidez. Portanto, com a geração de emprego e renda para os empreendimentos solicitados para as licenças ambientais.

O SR. SILVIO TORRES – Sou Silvio Torres, do CEPAM. Cumprimentos ao Presidente Beraldo, a todos os componentes da Mesa e aos companheiros conselheiros.

Quero fazer um registro do trabalho de acompanhamento e de mobilização que o CEPAM faz nessa parceria do Fórum. Acho que foi muito fácil captar as expectativas, as demandas e as carências que o Estado tem, no sentido de promover o desenvolvimento econômico sustentável e especialmente as aspirações que convergem hoje para o modelo regional do desenvolvimento. Isso é uma tendência irreversível hoje no nosso país, faz parte de uma agenda nacional, e, sem dúvida nenhuma, o esforço que a Assembléia vem

fazendo com este Fórum, caminha para acelerar essa tendência e contribuir para que ela se torne mais efetiva.

Gostaria de fazer uma observação. Não foi contemplada na exposição dos trabalhos do Fórum uma das limitações e as dificuldades que temos hoje no Estado e no País de uma forma geral, que é a capacitação do gestor.

Acho que não basta apenas termos os recursos, as políticas corretas, se não tivermos gestores capacitados, tanto gestores públicos como gestores de uma forma geral, gestores dos projetos. Nesse sentido que o CEPAM tem desenvolvido uma ação prioritária nisso. Estamos na iminência de relançarmos uma escola de gestão municipal no Estado, através do CEPAM. Tenho absoluta convicção que será uma contribuição também para esse projeto, que considero muito importante, que o Fórum levanta.

O SR. ARY PLONSKI – Bom-dia! Sou Ary Plonski, do IPT.

Dois comentários: o primeiro é que tive o privilégio de participar da primeira das reuniões regionais do Fórum que foi em Santos, na Baixada Santista, e só quero testemunhar como um conselheiro - possivelmente outros e outras conselheiras também puderam testemunhar - que a proposta do Fórum foi extremamente bem acolhida na região, a riqueza de informações e a metodologia foram muito eficientes no uso do tempo.

O segundo comentário, com a licença da querida Deputada Célia Leão, que é a Presidente da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia, é só para sublinhar que o tema tecnologia, na realidade, permeia diversos outros que estão aqui. Por exemplo, no item 7.8 – a Segurança Pública, recentemente compartilhando a informação, há questão de três semanas –, o IPT celebrou um termo de cooperação com a Secretaria de Segurança Pública para que possamos, principalmente com a Superintendência de Polícia Técnica e Científica, fazer um trabalho muito alinhado de maneira a colocar conhecimento a serviço desse, que é um dos problemas de maior relevância no Estado de São Paulo. Então, o desafio para a Comissão de Ciência e Tecnologia, o tema Ciência e Tecnologia, é como iremos permear os demais que evidentemente tem que estar à disposição.

O SR. PEDRO BUZATO COSTA – Sou Pedro Buzato Costa, do ABNT. Cumprimentos ao deputado pelo trabalho que está sendo realizado.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas, é uma organização de caráter nacional e ela vê uma série de pontos aqui onde a nossa preocupação está junto.

Quando se fala em exportação, a primeira preocupação tem que ser com a norma técnica, Quando falamos em segurança, que o amigo Ary acabou de falar agora, é norma técnica. O que me preocupa, sendo São Paulo uma referência nacional, é a inclusão da palavra norma no vocabulário geral. Hoje, a norma seja a maneira de se levar a tecnologia mais rapidamente à pequena e à média empresa.

Estou aqui ao lado do SEBRAE, não à toa. Hoje mesmo, ele já disse que quer conversar comigo. Temos que falar em micro e pequena empresa, em exportação, segurança pública e segurança no trabalho. Se for colocar onde a ABNT poderia entrar, tinha que dobrar o quadro meu para poder comparecer a todos os itens que estão aqui. Coloquei alguns que me parecem mais importantes.

Antes de começar a reunião, pedi ao Deputado Beraldo que me concedesse um momento seu porque há uma outra preocupação. Como ele me permite, vou antecipar um pouco.

A norma técnica hoje está saindo do caráter nacional para o regional e do regional para o globalizado. Há uma disputa internacional muito grande. Ficamos vendo as normas americanas, que são internacionais, porque são adotadas no mundo inteiro. Mas o americano não quer dar o caráter de internacional, porque na hora que ele incluir a norma dele na ISO, na hora que ele quiser fazer a modificação vai ter que ouvir todo o universo de interessado naquilo.

Então, todo mundo que trabalha na área da mecânica sabe que é mundial. Todo mundo usa, mais ele ainda não aceitou colocar como norma internacional, porque não quer se submeter a um Fórum Internacional na modificação e na adaptação dessas normas.

Começaremos, no domingo, as reuniões da ALCA. Há uma preocupação muito grande com a inserção dessas normas. Há, na nossa legislação, a possibilidade das assembleias municipais e estaduais realizarem regulamentos técnicos, sem ouvir a norma. Esta é a minha preocupação, porque podemos criar uma lei municipal, uma barreira técnica ao contrário. Na hora que eu fizer, através de uma Lei que é legal, que é válida, mas, se fizer uma exigência num determinado produto superior ou diferente da exigência da norma regional, estarei impedindo que o fabricante, que está produzindo aqui em São Paulo, venda

seu produto. Por exemplo, na Argentina, no Uruguai ou no Paraguai, porque existe uma norma Mercosul diferente, talvez, tenhamos que estabelecer um convênio ou uma maneira de trabalhar para que essa legislação não saia fora da normalização já reconhecida internacionalmente, senão iremos estabelecer mais uma barreira técnica ao contrário. Estamos impedindo com as nossas disposições que o nosso produto dispute o mercado internacional, quando toda a nossa luta está sendo tentada para evitar que as barreiras técnicas que existem lá fora imponham a nossa exportação.

Esta é a preocupação que pretendo conversar depois com os senhores. Estamos às ordens e os meus parabéns, deputado!

O SR. GUILHERME CUNHA COSTA – Bom-dia, Sr. Presidente.

Sou Guilherme Cunha Costa, representando o Dr. Paulo Skaf, Presidente da ABIT, e ele me pediu que fizesse uma sugestão, visando o interesse do setor têxtil, em vários temas aqui apresentados, que o conselheiro pudesse indicar um suplente para que ele possa participar qualitativamente em vários assuntos.

Um segundo ponto, na questão do empreendedorismo, que pudéssemos discutir a questão do REFIS estadual, para tentar solucionar essa dificuldade das empresas do passado tributário, em função de vários planos e acontecimentos que fizeram com que essas empresas ficassem inadimplentes naquele momento histórico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Sei perfeitamente possível uma entidade participar de vários temas e encaminhar seus representantes. A ABITs sei que tem vários e pode participar de vários temas.

O SR. SILVÉRIO CRISTANA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Conselheiros e excelentíssimos senhores, vou trazer aqui uma breve palavra.

Dr. Ricca, superintendente do SEBRAE, quero lembrar que tem aqui conselheiros do SEBRAE mais habilitados para falar em nome do SEBRAE e do nosso presidente.

Então, quero aqui cumprimentar pelo trabalho que está sendo desenvolvido. Os escritórios regionais do SEBRAE têm participado, alguns apresentando inclusive sugestões e contribuições a este debate, e temos este momento ímpar na história do nosso Estado.

O SEBRAE tem essa preocupação e essa identidade com essa atividade e queremos trazer aqui um depoimento. Na reforma tributária, a Assembléia de São Paulo foi pioneira na discussão da reforma, e, com as contribuições daqui, foi possível contribuir naquilo que provavelmente será o programa de incentivo do ponto de vista de políticas públicas de pequenas empresas, que foi o Super Simples.

Aqui os debates foram liderados pela Assembléia. Depois, demos continuidade no SEBRAE, em outros estados também, e foi possível ter essa ação.

Quero trazer um novo desafio. Acho que é o maior programa que pode ser desenvolvido de incentivo às micros e pequenas empresas, não só no Estado de São Paulo, mas no Brasil. É o modelo americano que é o das compras governamentais, criar mecanismos de incentivo para que o Estado possa comprar privilegiadamente das micros e pequenas empresas.

Os Estados Unidos, por meio do “small business act”, apóiam as micros e pequenas empresas de forma muito intensiva. Vamos entrar agora na ALCA e precisamos ter essa mesma legislação e esse mesmo direito. É uma legislação federal, sem dúvida alguma, mas o Governo Federal já encomendou ao SEBRAE e ao SIMPI uma proposta de atualização dessa legislação. Sugiro à Assembléia que também criasse dentro desses grupos um trabalho para subsidiar essa elaboração. Dentro da própria legislação atual, já temos alguns mecanismos que favorecem, como os pregões eletrônicos, mecanismos que facilitam e agilizam o processo. Mas poderíamos pensar também como favorecer os arranjos produtivos com as compras do governo, como favorecer as produções regionais com as compras das Prefeituras e do Governo do Estado e assim por diante.

Muito obrigado, estas são as sugestões.

O SR. GERALDO VINHOLI – PDT – Bom-dia a todos.

Sou Deputado Geraldo Vinholi, Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos tratando aqui de um Fórum que discute o desenvolvimento econômico e sustentado que visa a melhora de vida, a qualidade de vida, e é isso que vamos medir no final.

Nas reuniões regionais, muitas vezes com a contribuição valiosa de todos, temos reivindicações muito localizadas que aproveitam a oportunidade para reivindicar aquilo que muitas vezes não é um assunto propriamente deste Fórum.

Creio que este Fórum aqui estabelecido é o que vai poder proporcionar o desenvolvimento sustentado para as nossas regiões.

Sr. Presidente, um dos pilares, que me parece fundamental para o desenvolvimento, está voltado para a exportação.

Gostaria de sugerir o convite, para uma reunião, às Câmaras de Comércio, aos Consulados, que temos de quase todos os países aqui, em São Paulo, principalmente identificando aqueles que têm mais vocação de exportação, para que pudéssemos, nesse esforço de desburocratizar a máquina administrativa, ouvir e discutir para facilitar um pouco a vida dos empresários para a exportação, das classes produtivas e também contribuir para que esse desenvolvimento econômico e sustentado tenha a principal fonte de recursos que pudessem caminhar um pouco nesse sentido. Mesmo porque os recursos do Estado não são suficientes, há muito tempo, para criar esse desenvolvimento, tanto é que temos um projeto aqui na Casa que se transformará em regime de urgência, para que seja votado ainda este ano, que é o PPP, que é nada mais do que um esforço muito grande do governo para que, através desse trabalho conjunto com a iniciativa privada, possa desenvolver as nossas regiões e desenvolver as ações do governo.

Sr. Presidente, gostaria de sugerir, resumindo, que, além dos trabalhos das comissões em conjunto com esse Fórum, pudéssemos abrir um pouco mais para a área de exportação, e termos uma reunião conjunta com os consulados e as câmaras de comércio.

O SR. ATÍLIO PIRAINA – Bom-dia a todos.

O meu nome é Atílio Piraina, represento o Sinduscon e o Secovi, setor da construção civil, com as desculpas do Presidente Artur Quaresma e do Romeu Chap-Chap, pela não presenças.

Sr. Presidente, gostaríamos de oferecer para fazer parte dos relatórios futuramente e também das avaliações dos setores. Temos no dia 28, o lançamento do Cônsul business, é um diagnóstico de toda a matriz de insumo, cadeia produtiva e construção civil. Esse trabalho é capitaneado pela FIESP. Já conversei com o Dr. Vladimir, que está aqui representando o Presidente da FIESP, e acabei de conversar com o Presidente Artur Quaresma, e, a partir do dia 28, esse diagnóstico que é feito a cada dois anos, envolvendo toda a cadeia produtiva, o setor da construção civil fica à disposição do Fórum, e, como o Fórum é permanente, isso se repetirá constantemente. Essa avaliação é um trabalho bastante amplo que irá servir bastante para o Fórum e no direcionamento de muitas das políticas regionais inclusive, como foi comentado pelo senhor na exposição.

Isso fica, a partir do dia 28, na conclusão dos trabalhos que deverá acontecer por volta desta semana. Já fica à disposição para fazer parte também do acervo do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado.

Muito obrigado.

O SR. CARLINHOS ALMEIDA – PT – Bom-dia a todos e a todas.

Sou o Deputado Carlinhos de Almeida, Presidente da Comissão de Educação. Serei bastante objetivo ao fazer aqui duas observações.

A primeira, no que refere à Educação, temos que ficar atentos porque a Assembléia já recebeu um projeto de Lei do Governador, e há um outro de iniciativa parlamentar que estabelece um plano estadual de educação, com a idéia de planejar as ações da educação, os grandes programas, estabelecer objetivos e metas para os próximos dez anos, tanto em relação ao ensino fundamental quanto ao ensino superior, a educação profissional. Todos esses aspectos devem ser planejados através dessa legislação. É importante integrar o debate do plano estadual de educação com os debates do Fórum.

A segunda observação, é a importância de investirmos em mecanismos de articulação e planejamento regional.

Hoje, francamente, os mecanismos que existem no Estado não conseguem dar uma resposta para a especificidade das várias regiões. As chamadas regiões administrativas, regiões de governo, as regiões metropolitanas um pouco menos porque são mecanismos que têm um pouco mais estruturado, conselho, fundo, o que permite um pouco mais de ação

efetiva, são quase que meras divisões territoriais, não há nenhum mecanismo de planejamento, não há integração, inclusive. Cada secretaria tem uma divisão territorial diferente que não corresponde a essa divisão, não existem mecanismos permanentes de gestão e de planejamento regional. Acho que esta é uma outra questão importante de enfatizar, porque o Estado de São Paulo, pelo seu tamanho, pela especificidade das várias regiões, acho que é muito importante esse “pensar regional”, esse planejamento regional.

Neste sentido, acho muito importante o Fórum se debruçar e se dedicar a essa questão.

A SRA. CÉLIA LEÃO – PSDB – Serei bastante breve, até pelo adiantado da hora e pela agenda dos senhores parlamentares e também dos senhores presentes.

Quero fazer três registros muito rápidos. O primeiro, da importância da existência desse Fórum Legislativo, deste momento de debate. Quando eu digo este momento não quero dizer hoje, mas alguma coisa que já começou neste parlamento há alguns bons anos passados, quando, junto com o Deputado Vanderlei Macris; Mesa Diretora; parlamentares de diversos segmentos da sociedade, se pensou, se criou e se trabalhou o Fórum São Paulo Século XXI do qual vários dos senhores participaram. Na verdade, o “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado” eu não diria que é uma continuidade, mas é um momento de reforçar aquilo que já foi pensado lá atrás e agora num momento novo. A vida é dinâmica, o Parlamento é dinâmico e a sociedade é dinâmica; então, nós não podemos pensar que as nossas ações, por exemplo de uma Constituição Federal de 1988, atende às necessidades do Brasil de hoje, ou de São Paulo. O primeiro ponto que eu queria enfatizar, é nesse sentido, de que não podemos mais imaginar a Assembléia Legislativa de São Paulo trabalhando sem essa comunidade da sociedade civil organizada participando. Permita-me, sr. Presidente, aqui não tem nada combinado, mas nós que estamos no parlamento há algum tempo já pudemos fazer uma avaliação do que significa esta Casa de Leis, que no dito popular é a Casa do Povo; nós já vimos o plenário desta Casa e os deputados presentes haverão de concordar que não foram muitas, mas várias vezes, o plenário desta Casa esteve lotado de pessoas para as suas reivindicações. Nada errado, o Parlamento é para isso, o momento é esse; mas me recordo que muitas das vezes eram grupos de funcionários públicos, com todo respeito que tenho a todos eles, do Estado, do Brasil e dos Municípios

para fazer as suas reivindicações, na maioria das vezes, salariais. Nada contra isso, mas este Parlamento tem que ter outra vocação que não só essa; este Parlamento tem de estar com as portas abertas para atender às necessidades, os anseios e os desesperos de grupos e segmentos da sociedade, inclusive de funcionários públicos, mas também abrir as portas e os microfones para que todos possam falar, para ajudar a construir São Paulo. São Paulo não se constrói tão somente com o Poder Executivo, por melhor que seja o nosso governador, que é muito bom na sua administração, mas o Executivo não faz sozinho, o Legislativo não faz sozinho. Eu queria dar os parabéns ao Deputado Sidney Beraldo pela coragem de chamar a sociedade de São Paulo, de abrir as portas do Parlamento para realizar esse trabalho juntamente com o Deputado Emidio; Deputado José Caldini Crespo que representam aqui Mesa Diretora dos trabalhos, a nossa Assembléia Legislativa, porque esse é um ato de ousadia e São Paulo, pela sua pujança, tem que ser um estado ousado.

O segundo ponto que eu queria colocar, na qualidade – muito mais pelo carinho dos parlamentares desta Casa –, de Presidente das Comissões de Cultura, Ciências e Tecnologia e Assuntos Internacionais, ambas com muito a ver com esse Fórum; e portanto, na Ciência e Tecnologia, sem me alongar, nós temos tentado ao longo desses três anos fazer uma integração forte com os institutos de pesquisa e as universidades e com o Fórum isso vai ficar muito mais fácil e muito mais produtivo.

Em segundo, nas Comissões de Assuntos Internacionais, me lembrava muito bem a Aline agora, não podemos deixar passar, o Fórum já tem um elenco de atividades nessa área, e eu queria somente deixar, Presidente Beraldo, que no próximo 4 de dezembro, daqui a duas semanas, nós estaremos fazendo com o Fórum e com as Comissões de Assuntos Internacionais, Economia e Planejamento, o primeiro debate sobre ALCA. É um dia todo de atividades, obviamente os senhores estarão recebendo. Temos ainda uma outra agenda, bastante importante, que estaremos marcando nos próximos seis meses, não mais do que isso, dentro do Fórum, é o Fórum que está fazendo esse trabalho, junto com as nossas Comissões: Comércio Exterior na busca de desenvolvimento econômico paulista; inserção paulista no cenário internacional; arranjos produtivos organizados pelo Estado de São Paulo; sobrevivência do Mercosul e sua importância para São Paulo; impactos da ALCA, que é agora, dia quatro; receptividade e competitividade dos produtos paulistas no mercado europeu, acesso das exportações paulistas aos novos mercados e as negociações

internacionais, no âmbito da OMC. Com isso eu encerro a minha fala. Só queria reforçar para os senhores a importância de a sociedade de São Paulo e o Parlamento estarem num mesmo caminho.

Por fim, quero parabenizar os parlamentares que estão aqui, frente às Comissões, e dizer que no primeiro momento em que esse Fórum foi pensado surgiu, em cada presidente de comissão, em cada vice-presidente um sentimento talvez de preocupação, por tirar das Comissões o grande papel do seu trabalho nesta Casa. Pois eu quero agora, de público e ao vivo, fazer exatamente o contrário, dizer que foi muito bom o Fórum acontecer; porque trouxe a nós, presidente de comissão e vice-presidente de comissão, e às Comissões como um todo, a possibilidade de trabalhar mais e melhor. Eram essas as considerações e parabeno o Presidente Sidney Beraldo.

Obrigada! (Palmas.)

O SR. JOÃO CARLOS BASÍLIO DA SILVA – Bom-dia, o meu nome é João Carlos Basílio da Silva, estou representando o Presidente da FIESP Horácio Lafer Piva. Gostaria de cumprimentar o Deputado Sidney Beraldo pela criação do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado e, em nome do Presidente Horácio, parabenizá-lo, e dizer que a FIESP estará envolvida em todos os temas que serão discutidos, procuraremos mobilizar todos os CIEsPs em todo Estado de São Paulo e também envolver todas as entidades de classes para que elas possam se sensibilizar com esse projeto. Isso é uma demonstração clara da nossa Federação e do nosso Presidente, em que ele se sente entusiasmado com a perspectiva de que nós possamos encontrar soluções que possam trazer esse desenvolvimento sustentado que todos nós almejamos para o nosso País e principalmente para o nosso Estado.

O SR. SEBASTIÃO ARCANJO – PT – Bom-dia a todos e a todas. Sou o Deputado Sebastião Arcanjo, Presidente da Comissão de Serviços e Obras.

Eu queria apenas, Sr. Presidente Sidney Beraldo, reforçar uma convicção e também aos conselheiros, que toda a estratégia de debate que foi pensada no Fórum, além da necessidade de discutirmos questões do desenvolvimento sustentado, mas ele se apóia também em dados que revelam a necessidade de fazermos um esforço no sentido de

reverter um quadro de desigualdade existente no Estado de São Paulo; um quadro gritante, que impõe um novo pensar sobre o Orçamento Público, inclusive na distribuição dos recursos que são arrecadados pelo Estado, que são oriundos dos setores produtivos dos quais vários dos senhores fazem parte.

Penso que, então, a gente deveria ter como necessidade, do ponto de vista de estratégia, aonde a gente quer chegar com o Fórum. É lógico que temos necessidades que são urgentes. Então, eu queria só reforçar esse primeiro aspecto da minha intervenção.

A segunda questão que gostaria de apontar é que a minha pequena experiência de vida diz o seguinte: nós estamos pensando ainda as relações, dentro do próprio Estado, presos ainda, de maneira muito forte, aos aspectos da regionalização, só pela via do território. Eu acredito que há novos conceitos que exigem novas vias de comunicação entre as cidades. Muitas vezes os gestores públicos locais estão pensando numa comunicação entre a cidade dele e a cidade vizinha, quando a comunicação deveria se dar não pela distância geográfica mas pela atividade inclusive econômica que ele realiza. Então, de repente uma atividade, um impacto, numa determinada região, numa determinada cidade que desmobiliza a produção, tem impacto numa atividade econômica que está sendo realizada numa outra cidade, num outro extremo do território. Então, essa visão geográfica centrada só na questão do território espacial me preocupa, porque assim a gente centra toda a nossa intervenção a partir dos meios tradicionais de comunicação e de diálogo. E é lógico que não só pelas tarefas que estão colocadas na Comissão de Serviços e Obras, seria importante começarmos a refletir sobre um outro desenho, uma outra visão, uma outra estratégia de pensar os espaços regionais, para a gente não fortalecer, na minha opinião, na minha modesta opinião, não sou urbanista, convicções que estão sendo revistas no mundo todo.

A terceira questão, Sr. Presidente, e eu levantei esse debate no nosso Fórum lá em Sorocaba até pelos próprios reflexos do desenvolvimento naquela região, que me preocupou: uma sensação de que os prefeitos, os gestores locais como que se estivessem órfãos. Nós não estamos potencializando as ferramentas que o Estado de São Paulo tem. Mesmo com esse contraste todo aqui, de ter um milhão e seiscentas mil pessoas nos nossos dados aqui, sem espaço de inclusão pela escola, nós temos ferramentas que não estão sendo utilizadas. Na prática, evidentemente que tem setores que são da produção que estão

pensando em como é que vão operacionalizar os seus negócios, mas eles vão se materializar concretamente. As fábricas vão se instalar em alguns lugares. Tenho a impressão de que os prefeitos, com toda essa mudança conceitual, estão meio que perdidos, e se nós não temos mais tempo a perder todo o ferramental que nós temos nas nossas universidades públicas, na própria FATEC deve ser potencializado na formação também desses gestores locais. Então, eu estou preocupado, porque, de repente estou falando de arranjo e o sujeito está querendo saber o que é arranjo. Estamos falando de agronegócio; ecoturismo e o pessoal está pensando em colocar umas vaquinhas na porta de alguma fazenda que está mal utilizada, vamos dizer assim, achando que com isso ele vai resolver o problema de turismo ou vai agregar a cidade algum tipo de valor para o seu negócio.

O Silvio Torres falou que o CEPAM estava elaborando alguma coisa no sentido de fomentar uma escola de governo, mas eu penso que a gente precisaria fazer uma certa sinergia, com todos esses instrumentos que nós temos no Estado de São Paulo para que, independente da transição que venha a ocorrer nas eleições municipais do ano que vem, que nós possamos formar uma geração de gestores, ou reformular o pensamento, para que a gente possa conectar essas coisas. O que nós estamos pensando aqui não está em contradição; por mais que haja limites de recursos no Estado, haja necessidade de fazer parcerias com a iniciativa privada, ele não elimina o gestor público que, em última análise, é quem vai operar essas legislações todas. Está todo mundo reclamando da burocracia, das dificuldades de fazer as licenças ambientais, fazer as consolidações de leis que passarão por câmaras municipais inclusive, e que nós estamos ainda – estamos porque me incluo nisso –, ainda presos a fórmulas de fazer políticas do passado. Para que esse esforço na hora de ser aplicado em determinada cidade não encontre um conjunto de barreiras culturais e políticas num espaço aonde a gente fala que a vida vive com mais intensidade, que é nas cidades.

O SR. GERALDO GADERNALLI – Geraldo Gadernalli, da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, representando o Professor Yoshiaki Nakano.

Queria cumprimentar o Presidente Deputado Sidney Beraldo; os Srs. Deputados; os Srs. Conselheiros e dizer que vejo com bons olhos essa iniciativa. Porque os governos têm uma transitoriedade e o Parlamento deve ser permanente. Ele se renova mas ele deve buscar sempre aquelas demandas que são permanentes da sociedade como cultura; educação;

desenvolvimento; segurança. Portanto, eu acho que é muito relevante que o Parlamento busque a sociedade civil organizada para que, obtendo da sociedade essas demandas que são as demandas que são fundamentais e que tornam significativa a existência do Parlamento.

Também queria dizer que no caso da agência de fomento nós tivemos oportunidade de participar na elaboração do Projeto de lei. É uma das iniciativas mais importantes para o Estado de São Paulo, atualmente. Ou seja, o governador Mário Covas, na época, desenhou vários Fundos que deveriam ir para essa agência de fomento. São Paulo não tem mais o BADESP, que era o Banco de Desenvolvimento. Hoje o Banco Central exige uma especialização de instituições financeiras, então ele não permite que bancos assumam funções de fomento, por causa do risco que está envolvido. Então, a regulamentação da agência de desenvolvimento do Estado é fundamental tanto para aplicar os recursos já existentes no Estado como para buscar recursos externos. O País, agora discutindo a sua integração internacional, provavelmente irá buscar recursos internacionais para diminuir as diferenças entre as nossas indústrias, os nossos setores, tanto do agronegócio como do setor industrial, e a existência de uma agência de fomento em funcionamento, com regras definidas, é fundamental para que possamos melhorar essa perspectiva futura.

O SR. GIBA MARSON – PV – Bom-dia a todos.

Sou o vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Gostaria de ressaltar esse trabalho, principalmente a partir do momento em que ele incentiva a organização do desenvolvimento regionalmente. Essa visão regionalista de desenvolvimento nos dá a possibilidade de estarmos mais próximos da solução desses problemas. Eu gostaria também, Sr. Presidente, que, nessa discussão do Fórum, o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos que está complementando esse primeiro momento em que está ouvindo a sociedade, que está ouvindo a cadeia produtiva; nós pudéssemos estar mais próximos também, do Fórum, porque não se pode pensar em desenvolvimento sem lembrarmos dos resíduos que esse desenvolvimento provoca. Então, gostaríamos de através do nosso Presidente Arnaldo Jardim, acompanhar mais de perto esse enfoque dos resíduos sólidos.

O SR. WALDIR AGNELLO – PSB – Sou o Deputado Waldir Agnello, Presidente da Comissão de Saúde e Higiene e também da Comissão de Economia e Planejamento.

Muito boa-tarde a todos os senhores, senhoras, aos Deputados e Deputadas também. Eu, em primeiro lugar, gostaria de fazer um registro da minha satisfação e até da minha alegria de ver um plenário, um auditório como esse tão bem representado um “mix” de segmentos e organizações que estão representados aqui. É para mim bastante satisfatório por entender que os senhores e as senhoras estão demonstrando um interesse bastante grande não só naquilo que lhes é peculiar, particular, mas também no contexto geral em que vocês estão inseridos. Então, meus parabéns a todos vocês que escolheram e decidiram estar aqui nesta manhã.

Por tudo que nós ouvimos aqui, e eu tenho participado de alguns fóruns de Desenvolvimento juntamente com os demais Deputados, nós concluimos que a base de toda essa nossa conversa, de todo esse nosso trabalho, está focada no Índice Paulista de Responsabilidade Social, um índice de terceira geração extremamente importante para dar luz ao planejamento que cada um de nós, temos que fazer nas nossas atividades. Eu gostaria de invocar aqui a palavra chamada “desafio”. Acho que esse é o grande momento em que nós precisamos focar as nossas ações através dessa palavra chamada “desafio”. O desafio nos traz uma questão que começa com as senhoras e os senhores, que é o envolvimento, envolvimento naquilo que nós vamos estabelecer como ações. Então, envolvimento e ações, seriam as duas palavras de ordem que eu gostaria de evidenciar aqui. Sem querer parecer filosófico aqui, mas colocando apenas uma boa porção de sensibilidade e sentimento que deve permear as nossas ações, eu gostaria de também trazer aqui um pensamento que está nos olhos dessa criança cuja imagem foi utilizada no CD que todos nós recebemos. Estava aqui ouvindo algumas participações e me chamou a atenção essa criança olhando para o vazio. Chamou-me a atenção aquilo que eu poderia fazer como ser humano, como cidadão, como parlamentar, e vocês como empresários, como representantes da sociedade organizada, para que pudéssemos dar a essa criança um olhar de um futuro melhor. Nada do que nós viermos a fazer aqui terá um resultado imediato. Desculpem, mas eu sou bastante realista, e não pessimista em relação a isso. Todas as nossas ações serão implementadas a médio, e terão resultados a médio e longo, prazos. Esta criança, assim como nós temos aqui pessoas com idade para serem avós, talvez muitos de vocês tenham

seus netinhos, eu tenho os meus filhos, nós precisamos pensar no hoje, para que nós possamos dar a essas crianças, a esses jovens um amanhã melhor. Então eu quero fazer esse registro com esse enfoque de que tudo aquilo que nós fizemos aqui, todos os nossos desafios, as nossas ações e os nossos envolvimento estaremos sim fazendo para um futuro melhor, no sentido amplo da palavra. Fica novamente aqui o meu muito obrigado e o meu voto de admiração pelo gesto que vocês iniciam aqui hoje.

Parabéns a todos!

O SR. JOÃO CAMEZ – PSDB – Bom-dia, senhoras e senhores, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu nome é João Camez. Sou Presidente da Comissão de Administração Pública. A esta Comissão, como foi dito pelo Sr. Presidente, cabe combater a burocracia. Isso a princípio parece ser uma coisa insignificante, pequena, mas no contexto ela abrange todos os segmentos. Então, nós temos uma burocracia na hora de consolidar uma lei, nós temos burocracia na hora de tirar uma licença ambiental, nós temos burocracia para abrir e fechar empresa, enfim, em tudo que se vai fazer nós temos a burocracia. Então, Sr. Presidente, eu acho que esse Fórum vai colaborar tremendamente, imensamente para que um dos maiores núcleos burocráticos seja mais ágil do que a Assembléia Legislativa. Temos a obrigação de modernizar esta Casa, nós temos a obrigação de levar adiante a grande reforma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa para que ela seja mais ágil, mais rápida e com isso a gente atinge os nossos verdadeiros objetivos, não é? Dentro dos pilares que o próprio governador lançou a sua campanha de um Estado educador, bom prestador de serviços e acima de tudo empreendedor, eu acho que é o foco de toda a nossa reunião aqui o empreendedorismo, é ou não é? Nós vamos gerar emprego, gerar renda e nós precisamos de rapidez nisso ai. Então, eu peço aos senhores conselheiros que, na hora de preencherem, contribuam com esta singela Comissão de Administração Pública, porque acredito eu que vai ser um dos maiores entraves que nós vamos encontrar pela frente.

Muito obrigado!

O SR. EMIDIO DE SOUZA – PT – Sou o Deputado Emidio de Souza, sou o 1º Secretário da Assembléia Legislativa.

Quero cumprimentar todos os Deputados, os representantes dos segmentos aqui e dizer que desde o início da formatação desse Fórum uma coisa que se fez muito presente foi que nível de aproveitamento que nós tínhamos das discussões no PPA. Porquê? Por que nós não podemos correr o risco de fazer um enorme esforço, de percorrer todas as regiões administrativas do Estado e isso servir apenas como um aprofundamento, um maior conhecimento das demandas do estado mas não levá-las em consideração na hora de fazer o PPA. Vocês sabem que o PPA prevê os investimentos do Estado dos anos de 2004 a 2007. Portanto, quase 80% do período de governo do atual Governo. Então nós temos que, a par das questões aqui levantadas, da simplificação; da educação; da tecnologia; da exportação, de tudo isso que são questões que perpassam todo o estado e todas as regiões, nós precisamos levar em consideração as demandas regionais. Porque as demandas regionais, muitas vezes, dizem respeito também ao desenvolvimento sustentado das regiões, de propiciar o desenvolvimento naquelas regiões. É assim que o pólo calçadista em Franca se comporta; a indústria têxtil na região de Americana; ou mesmo dificuldades. Por exemplo, a minha região de Osasco. Temos um gargalo na Rodovia Castelo Branco que é o problema da instalação do pedágio. Isso deprimiu a região em termos de desenvolvimento econômico. Temos agora que focar a criação de alternativas de tráfego naquela região. Não é à toa que essa é uma das questões apontadas ali, como tem o trem metropolitano da baixada Santista, do aeroporto de Cubatão. Então essas questões, Presidente, eu quero que, a par do enorme esforço que a Mesa, o senhor está fazendo, para garantir a realização dessas audiências e as buscas das demandas das regiões, que se faça também um imenso esforço político para convencer as lideranças da importância da incorporação dessas idéias aqui.

Encerro dizendo que, evidente, São Paulo tem que se preparar para os próximos anos. Todos os indicadores, todos os analistas já apontam como o ano de melhor desenvolvimento econômico, de crescimento econômico. Se São Paulo não se preparar, com a sua infraestrutura, para esperar por esse crescimento econômico, nós podemos ser pegos de surpresa e não haver capacidade de escoamento de produção, e assim por diante.

Então, prosseguindo esse debate, no próximo dia 24 vamos ter o debate aqui na Assembléia Legislativa, da região metropolitana de São Paulo. A edição do Fórum sobre a capital e a região metropolitana vai ser aqui, no auditório Franco Montoro, dia 24, às 9:00

horas da manhã. Todos já estão convidados, para aprofundar as razões e o que pode levar São Paulo a contribuir com o desenvolvimento sustentado no estado de São Paulo. É isso.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Não havendo mais qualquer manifestação da parte dos conselheiros, para as considerações finais, Deputado Sidney Beraldo.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Para encerrar, quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos. Foi muito importante a presença, gostaria realmente, de contar, na continuidade dos nossos debates, com a presença nas Comissões, com sugestões, para que a gente possa, realmente, ter uma agenda e possa transformar isso em realidade. Nosso próprio “slogan”, quando nós colocamos a informação, nós colocamos uma lupa ali na ação, porque diagnósticos, reflexões são importantes aqui no Parlamento, mas precisamos agir, precisamos produzir resultados. Por isso, eu gostaria de contar muito com a colaboração e a contribuição de todos, agradecer muito a presença de vocês, dos deputados que tem tido uma participação extraordinária nos debates.

A importância deste Fórum se reveste em representar bem todas as correntes da sociedade. Aqui nós temos 94 deputados de todas as ideologias, de 14 partidos diferentes. Daí a riqueza da discussão, que aqui pode contemplar realmente todos os segmentos, e enriquecer o processo de discussão. Porque o governo tem a sua importância, mas ele atua em cima de um programa de governo. Aqui, nós podemos ampliar essa discussão, e é importante dizer que todos os partidos têm participado. A Mesa Diretora é plural; PSDB; PT; PFL; PPS, fazem parte da Mesa. Além dos 14 partidos, constituíram esse Fórum, aprovação por unanimidade na Casa. Então existe uma vontade política, hoje, da Casa, em dar a sua contribuição. Eu acho que é isso que garante a riqueza desse processo todo de discussão.

O Deputado Emidio colocou bem a questão do PPA, da sua importância, são trinta bilhões que serão investidos nos próximos quatro anos, de 2004 a 2007, em duzentos e quinze programas, e é importante realmente que a gente faça um esforço para que todas essas ações sejam contempladas, aquelas que já estão, as que não estão nós podemos enriquecer através das emendas.

Dentro desses 30 bilhões, 15 bilhões de investimentos são do tesouro, sete bilhões e meio vêm das empresas do estado, sete bilhões e meio estão previstas através das parcerias, aí que vem também a importância da Casa. Nós estamos discutindo aqui o projeto do PPP, que é um novo modelo de parcerias entre o público e o privado. O estado hoje não tem dinheiro para tudo, para garantir a infraestrutura, para garantir as necessidades todas da sociedade. Então, precisamos destas parcerias, esse projeto é importante, gostaria também de que as instituições que representam o setor produtivo pudessem estar analisando esse projeto. Já está no nosso “site” e nós estamos num período de emendas, depois teremos as emendas de plenário. É importante que a sociedade dê a sua contribuição, para que a gente possa ter um projeto que vá realmente de acordo com o interesse da sociedade como um todo. Então é importante também, a participação de vocês nessa discussão do PPP.

Vou dar rapidamente uma resposta ao representante da ABIT, com relação ao REFIS. O governador assinou um Decreto, no dia 23 de outubro de 2003, que é resultado de uma Decisão do CONFAZ, e que São Paulo, Rio Grande do Sul, e Bahia fazem o seu REFIS. Acho que é um avanço, possibilidade de parcelamento, redução de multas, para facilitar as empresas; isenção inclusive, já deve ter sido publicado, isso está em andamento, o Decreto 48175, anistia de multas. Todo o acordo produzido no CONFAZ foi repetido aqui em São Paulo. Acho que é um avanço muito grande, para resolver esse problema da inadimplência.

Com relação a treinamento de funcionários, nós temos essa preocupação com relação à gestão, colocou o Deputado Tiãozinho, o Deputado Silvio Torres. Nós temos uma parceria do instituto legislativo com a UNESP. Para o ano que vem nós vamos promover uma série de cursos de capacitação para os funcionários da Casa. O governo do estado também está contratando a FUNDAP, para o ano que vem ainda treinar cento e cinquenta mil funcionários, para dar uma melhor capacitação na gestão pública.

Gostaria de encerrar dizendo que no Instituto do Legislativo nós temos um corpo técnico, ligado à Mesa, que estará à disposição dos senhores para essas sugestões, e as manifestações, para que a gente possa encaminhar para as Comissões. Esse “folder”, inclusive, pode orientar melhor. Mais uma vez, agradeço a todos, muito obrigado, e vamos ao trabalho.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado, Presidente Sidney Beraldo.

Gostaríamos de anunciar a presença entre nós, muito honrosa, do Sr. Saied Torbei, que é Secretário Geral da Liga dos Estados Árabes, que está no Brasil, em visita oficial; e do Sr. Mustaf Abdune, Cônsul Geral da Jordânia em São Paulo.

Agradeço a presença de todos os senhores. (Palmas.)

* * *